

## AMBIENTE E COMPORTAMENTO HUMANO: APONTAMENTOS SOBRE INCLUSÃO

### *ENVIRONMENT AND HUMAN BEHAVIOR: notes on inclusion*

OLIVEIRA, Patrícia Sinésia<sup>1</sup>, COSTA, Juliana<sup>2</sup>, & MORGADO, Elsa<sup>3</sup>

---

#### **Resumo**

Este artigo busca trazer uma reflexão sobre o tema da deficiência. Através da pesquisa bibliográfica, sobretudo centrada no Relatório Mundial sobre a Deficiência publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2011, construiu-se a compreensão ambiente-deficiência, pontuando o papel da psicologia ambiental como promotora da inclusão para o portador de deficiência. É necessário que se compreenda o universo da deficiência, do deficiente, do ambiente e da sociedade, de forma a promover ambientes mais acessíveis e comunidades mais recetivas as diferenças, visto que no mundo não existe um ser igual ao outro, sendo todos diferentes e iguais. A reflexão a respeito do tema deficiências e ambiente pode ser realizada por vários ângulos, pois vivemos em uma sociedade pouco preparada para aceitar o diferente como igual. Estudar e debater sobre a temática, requer que o investigador faça uma troca de posições, que se sujeite a colocar no “lugar duma pessoa com deficiência”, que tente ver o mundo da visão dela. Muitas são as barreiras a serem quebradas para garantir uma total acessibilidade de direitos aos diversos ambientes, sendo a informação uma das mais importantes ferramentas a serem utilizadas, como forma de alcançar uma sociedade mais evoluída na compreensão das diferenças.

#### **Abstract**

This article seeks to bring a reflection on the issue of disability. Through bibliographic research, mainly focused on the World Report on Disability published by the World Health Organization (WHO), in 2011, an understanding of environment-disability was built, emphasizing the role of environmental psychology as a promoter of inclusion for the disabled. It is necessary to understand the universe of disability, the disabled, the environment and society, in order to promote more accessible environments and more receptive communities to differences, since in the world there is no one being equal to the other, all being different and equal. Reflection on the issue of disabilities and the environment can be carried out from several angles, as we live in a society that is not prepared to accept the different as equal. Studying and debating on the subject, requires that the researcher make an exchange of positions, that he is subject to putting himself in the “place of a person with a disability”, who tries to see the world from her perspective. There are still many barriers to be broken to guarantee full accessibility of rights to different environments, with information being one of the most important tools to be used, as a way of reaching a more evolved society in understanding differences.

**Palavras-chave:** *Ambiente; Deficiência/Incapacidade; Psicologia ambiental; Inclusão.*

**Keywords:** *Environment; Disability/Incapacity; Environmental psychology; Inclusion.*

**Data de submissão:** março de 2021 | **Data de publicação:** dezembro de 2021.

---

<sup>1</sup> PATRÍCIA SINÉSIA OLIVEIRA – Instituto Politécnico de Bragança. GUINÉ-BISSAU. Email: [jlesp2008@gmail.com](mailto:jlesp2008@gmail.com)

<sup>2</sup> JULIANA COSTA – Instituto Politécnico de Bragança. BRASIL. Email: [julianacostascott@gmail.com](mailto:julianacostascott@gmail.com)

<sup>3</sup> ELSA MORGADO – Universidade Católica Portuguesa – CEFH. IPB. PORTUGAL. E-mail: [elsamorgado@ipb.pt](mailto:elsamorgado@ipb.pt)

## 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas ([ONU], 2017), a população mundial ultrapassa os sete bilhões de pessoas, e deste montante, mais de um bilhão de indivíduos possuem algum tipo de deficiência permanente ou temporária, devendo este número ser crescente para nos próximos anos em função de fatores como, o envelhecimento populacional, acidentes de trânsito, doenças crônicas, entre outros. A deficiência afeta todos os tipos de público, desde o recém-nascido, o adolescente, jovem e idoso, sem distinção de classe social, embora os mais pobres estejam mais vulneráveis a obterem problemas de saúde que podem levar a deficiências ou incapacidades (OMS, 2011).

A ONU reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade, em condições de igualdade, pelo que homologou em 2006 uma *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)*. “O documento é considerado o grande símbolo do reconhecimento internacional da importância do tema, envolvendo uma discussão em caráter mundial” (Pedott & Angelucci, 2020, p. 439). Sobre este documento Palácios (2008, p. 269) destaca que

El objeto, en principio, no fue crear nuevos derechos, sino asegurar el uso del principio de no discriminación en cada uno de los derechos, para que puedan ser ejercidos en igualdad de oportunidades por las personas con discapacidad. Para ello, se debió identificar, a la hora de regular cada derecho, cuales eran las necesidades extra que debían garantizarse, para lograr adaptar dichos derechos al contexto específico de la discapacidad.

Segundo a OMS (1993) a deficiência pode ser considerada “perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão” (referido por Amarialian et al., 2000, p. 98).

Os ambientes também podem ser considerados deficientes, quando promovem barreiras intransponíveis para seus usuários, privando ou limitando determinados públicos, sendo excludentes no lugar de “includentes”. A falta de acessibilidade aos diversos setores da sociedade, a falta de políticas públicas de participação inclusiva, a limitação dos usuários a ações simples como caminhar em uma área verde, participar da coleta seletiva com coletores pensados para o “cadeirante” ou para o portador de nanismo, a leitura de um livro por um deficiente visual, tudo isto deve ser pensado de forma a promover uma maior equidade social (Amariálian et al., 2000; Morgado, 2007; Lima, Carvalho-Freitas & Santos, 2013; Hammel et al., 2015).

Estudar ou abordar a temática da deficiência, faz com que seja essencial conhecer particularidades inerentes à pessoa portadora da deficiência, que a difere dos ditos “normais”. Estas particularidades são ações “simples”, mas que para um indivíduo com deficiência são muito significativas e afetam diretamente a integração destas pessoas no meio social. Esta rotulação do padrão “normal”, faz com que as pessoas com deficiência passem a ser vistas como “diferentes” pela sociedade. Nas civilizações mais antigas, por causa do desconhecimento das causas das deficiências físicas, a pessoa ao nascer com qualquer tipo de deficiência física era abandonada, e como a mitologia era muito presente, eles muita das vezes eram considerados “super-humanos” ou “infra-humanos”, fenômenos espirituais e metafísicos (Guerra, 2016).

Atualmente, graças ao desenvolvimento tecnológico, as causas das deficiências foram descobertas o que promoveu um novo posicionamento das pessoas perante as pessoas com deficiências físicas/motoras, auditivas, intelectual/mental, visual, mas mesmo com todo o avanço, ainda se discute muito sobre os diversos aspectos que envolvem a vida e os direitos das pessoas com deficiências. Enquanto alguns estudos se dedicam a questionar as políticas públicas de inclusão (Maciel, 2000; França, Pagliuca, & Baptista, 2008), outras publicações se empenham em divulgar e propor estratégias de conscientização (Gil, 2002; Cordeiro et al., 2007; Schirmer et al., 2007).

A deficiência não é apenas uma questão de saúde, mas sobretudo de Direitos Humanos, devendo ganhar destaque entre órgãos governamentais, instituições públicas e privadas e sobretudo com a sociedade em geral. Promover ações que promovam a inclusão social é um dever de cada cidadão, devendo o mesmo ser atuante em benefício dos grupos menos favorecidos (Mazzota & D’Antino, 2011; Pedott & Angelucci, 2020). De acordo com a OMS (2011), investir em campanhas educativas voltadas para a temática

das deficiências ou incapacidades, ajudam a promover a inclusão das pessoas portadoras de deficiências ou incapacitadas, e a reduzir a discriminação através do conhecimento. Para Saeta (1999), o acesso a informação contribui para a compreensão das diversidades e afeta positivamente a sociedade, promovendo mudanças de comportamentos.

Neste trabalho fazemos uma reflexão sobre a relação entre o indivíduo com deficiência e o ambiente. A relação entre o homem e o ambiente é algo premente (Morgado, 2007), que não depende da escolha pessoal, diante desta realidade surge, a necessidade de compreensão das interações entre indivíduos e ambiente, surgindo assim a Psicologia Ambiental. A Psicologia Ambiental é uma área da Psicologia Geral, e tem como premissa avaliar a relação entre ambiente e comportamento humano (Verdugo, 2005), podendo assim traçar melhorias.

## **2. CONCEITOS: AMBIENTE E DEFICIÊNCIA**

Nos tempos que correm é debatida a questão moral e política em relação à inclusão e apoio das pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência, estes intensificam-se cada vez mais, devido ao acelerado aumento demográfico (OMS, 2011). A Organização Mundial de Saúde, destaca que “A partir dos anos 1970, houve uma grande mudança mental, moral e política em relação a deficiência, em grande parte estimulada, pelas organizações das pessoas com deficiências” (OMS, 2011, p.3). Logo será necessário clarificar os conceitos de ambiente e deficiência. Art (1998) referido por Dulley (2004, p. 18) que “ambiente é o conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água, e de organismos”.

Santos (1996) baseado em Humphrey e Butlel destaca que “o conceito envolve a biosfera, constituindo, portanto, as condições externas e influências afetando a vida ou totalidade do organismo da sociedade, ou a infra-estrutura biótica que sustenta populações de todos os tipos” (Dulley, 2004, p.18). Já o conceito de ambiente, referido por Vidart (1978) “excede o domínio de ambiente físico ou natural; para além destes fatores naturais, espaciais e físicos, abarca elementos de diferentes naturezas (social, económica, cultural, moral), assim como atividades executadas pelos indivíduos, pelos grupos e pelas comunidades” (referido por Morgado, 2007, p. 32).

Para Houaiss (2004), Hammel et al. (2015) e Moser (2016), o termo ambiente pode ser definido como o conjunto de coisas que rodeiam os corpos por todos os lados, ou ainda, como o conjunto de coisas que rodeiam os corpos por todos os lados afetando o crescimento, a saúde, o progresso, ou seja, é o habitat onde está inserido o ser humano. O ambiente pode ser físico ou social, ou ainda, pode ser sinónimo de espaço, sendo dividido em inúmeras categorias como: físico, social, cultural, tecnológico, entre outros. O ambiente tem enorme influência na vida do ser humano, podendo ser inclusivo ou exclusivo, afetando diretamente o acesso à educação, cultura, lazer, política, etc. Segundo a OMS (2011), o ambiente em que uma pessoa está inserida exerce uma grande influência sobre a experiência e a evolução da sua deficiência.

Ainda tendo em conta a OMS (2011, p. 4), “a deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional, e questionada”, devendo ser compreendida não apenas do ponto de vista médico, mas de uma conjunção entre médico e social. Já a incapacidade, é um termo que engloba as deficiências, limitações e restrições de um indivíduo levando em conta os fatores pessoais e de saúde. Muitas vezes a deficiência está na sociedade, nos espaços disponíveis, pois constituem barreiras de exclusão, tornando assim algo deficiente do ponto de vista de acesso comum. “A deficiência é um conceito em evolução” (OMS, 2011, p. 4), à medida que se compreende e corrige os pontos fracos de interação entre sociedade, deficiência e ambiente, promove-se a equidade social. De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a deficiência deve ser entendida “como uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais, tanto pessoais quanto ambientais” (OMS, 2011, p. 4), ao promover este entendimento reafirma-se que a deficiência não é um problema do indivíduo, mas sim da sociedade e do ambiente que convive. “A deficiência é uma consequência de interação entre pessoas com deficiência e as barreiras comportamentais e ambientais que impedem sua participação total e eficaz na sociedade de forma igualitária. As limitações, restrições para participar de atividades, são os aspetos negativos da interação entre uma pessoa com deficiência e os fatores pessoais e ambientais” (OMS, 2011, p. 3). “A melhoria da participação social pode ser eficaz, lidando com as barreiras que afetam pessoas com deficiência no cotidiano” (OMS, 2011, p. 4).

Ainda de acordo com o relatório sobre deficiência publicado pela OMS (2011), a deficiência não é apenas um problema de saúde, mas sobretudo de direitos humanos, visto que pessoas deficientes são alvo de discriminações, possuem menores oportunidades de empregos, e são negligenciadas pelos serviços de educação, saúde e políticos.

O acesso ao ambiente natural e ao ambiente construído é um direito garantido a todos os portadores de deficiências, trata-se de um direito constituído na *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)*, no ano de 2006, através deste documento busca-se garantir que todos os portadores de deficiências tenham amplo acesso a todas as esferas sociais, circulando livremente entre os ambientes físicos, culturais, transportes, saúde, educação, meio ambiente e tantos outros a que estes se interessem (Saeta,1999; Rapley, 2013).

Segundo a OMS (2011, p. 4), “a deficiência muitas das vezes são irreversíveis, mas o ambiente pode ser mudado e adaptado para responder aos problemas das pessoas com deficiência, pode ser mudado para melhorar a saúde, e para desenvolver as aptidões das pessoas com deficiência”. A principal meta compreende o desenvolvimento sustentável, que assenta em três pilares: ambiental, social e económico. “Só teremos uma sustentabilidade ambiental quando houver uma equidade e justiça social” (Fofonka, 2015, p. 3), quando todos, independente, da classe social, do estado físico ou mental, cor de pele, religião, sexualidade entre outros aspetos, tiverem as mesmas oportunidades e respeito.

O espaço ambiental serve de base para interações sociais, podendo dificultar ou facilitar oportunidades, juntar ou segregar (Amiralian et al., 2000; Freund, 2001; Cohen, 2006; Pedott & Angelucci, 2020); nesta linha de pensamento, Gonçalves (2007, p. 65), “afirma que, o espaço não é apenas uma localização físico-geográfico, é também sociocultural e simbólica”.

### **3. DEFICIÊNCIA E PSICOLOGIA AMBIENTAL**

Uma das funções básicas da psicologia é a compreensão do indivíduo no seu íntimo, buscando o entendimento das relações do indivíduo na sociedade, mas é impossível pensar nesta interação sem o contexto do ambiente, visto ser este o espaço em que está inserido o ser humano. A Psicologia ambiental surge da Psicologia geral que busca entender as interações homem-ambiente, tendo em conta o ambiente natural,

construído e social a que o indivíduo está sujeito (Moser, 2006; Saeta, 1999). Para Bechtel (2002) a Psicologia ambiental deve ser entendida do ponto de vista holístico, abrangendo variados conceitos e variáveis nomeadamente: aspetos físicos, aspetos psicológicos e aspetos socioculturais. Ainda de acordo com o autor, a relação pessoa-ambiente é uma integração de complexos sistemas, composto pelos aspetos humanos (físico, psicológico e sociocultural) e pelos aspetos do ambiente (físico, interpessoal e sociocultural), sendo estes, componentes estruturais de todo o sistema homem-ambiente (Bechtel, 2002).

Lima, Carvalho-Freitas, e Santos (2013, p. 363) destacam que “O espaço não se limita só à sua dimensão psicossocial, que não é nada mais que trocas entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, uma relação entre o indivíduo e o seu contexto histórico e espacial”, neste contexto, Pichon-Rivière (2000) argumenta que, o sujeito resulta de junção de suas histórias social e individual. Compreender estas complexas relações torna-se essencial, para que ocorra uma mudança de atitudes da sociedade.

Na perspectiva de Cohen (2006), a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, faz parte de um processo de troca entre elas. Logo, “a sociedade e a cidade se ajustam às deficiências dessas pessoas com projetos de acessibilidade aos espaços públicos e edificações urbanas e, em contrapartida elas se adaptam ao ambiente urbano das cidades” (Lima, Carvalho-Freitas & Santos, 2013, p. 364).

Para Duarte e Cohen (2004), uma pessoa com deficiência, só desenvolve suas experiências afetivas e identifica-se com o ambiente em que está inserida, quando ela consegue circular dentro deste ambiente com o seu corpo e sentidos. “Assim a experiência se concretiza satisfatoriamente” (Lima, Carvalho-Freitas & Santos, 2013, p. 364). Neste sentido promover o amplo acesso aos espaços físicos e social, com autonomia, respeitando-se o amplo direito do indivíduo, é a real promoção da acessibilidade aos diversos ambientes. Para autores como, Lima, Carvalho-Freitas e Santos (2013), o entendimento do espaço a partir do olhar do psicossocial, permite a construção de espaços elaborados no entendimento das relações criadas entre pessoa-ambiente, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos criados. Para os referidos autores, entende-se por dimensão psicossocial como sendo “o produto da relação dialética entre o sujeito e seu contexto histórico e espacial” (Lima et al., 2013, p. 363).

Desta forma, o espaço está contido no sujeito, sendo imperativo que o mesmo se relacione de forma positiva com o ambiente para que ocorra a integração.

O termo “acessibilidade” teve origem por volta da década de quarenta, tendo surgido com o intuito de “designar as condições de acesso para pessoas com deficiência vinculadas a serviços de reabilitação física e profissional”, (Sponberg, 2019, p. 24). Wagner et al., (2010, referido por Sponberg, 2019, p. 24) destaca, que primeiramente este aplicava-se “enquanto condição de mobilidade e eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas para viabilizar a locomoção em vias, edificações e meios de transporte”. Sasaki (2006, p. 67) constata que o termo acessibilidade

passou a ser largamente empregado nos últimos anos, em assuntos de reabilitação, saúde, educação, transportes, mercado de trabalho e ambientes físicos internos e externos. O autor também percebe uma extrapolação ao aspecto arquitetônico na medida em que a acessibilidade passa a ser associada ao paradigma da inclusão social e à diversidade”

Logo tendo em conta a noção de acessibilidade apresentada por Sponberg (2019, p. 24), no seu trabalho, esta compreende e diz respeito

à promoção da equiparação de oportunidades entre as pessoas, o que implica no exercício de cidadania em condições equânimes de modo a universalizar as possibilidades de acesso, uso, trânsito e participação nas mais diversas esferas sociais. Está por trás de um processo de igualdade de oportunidades, assim como a participação plena em todas as esferas da sociedade, e no desenvolvimento social e econômico do País.

O portador de deficiências e incapacidades, devido as barreiras encontradas, tem dificuldades na promoção deste relacionamento positivo com a dimensão psicossocial, incorrendo sempre na exclusão de si no âmbito da sociedade (Teixeira, 2008; Sasaki, 2004, 2006, 2010; Souza & Carneiro, 2007; Wagner et al., 2010; Lima et al., 2013; Sponberg, 2019). Para uma pessoa portadora de deficiência, quando falta a acessibilidade ao espaço físico, falta também ao espaço pessoal, visto a necessidade de depender de outrem para conseguir se locomover, se relacionar, tendo assim o seu espaço pessoal invadido, provocando desconforto emocional (Wagner et al., 2010). Ainda, para Lima, Carvalho-Freitas e Santos (2013) e Sponberg (2019) uma cidade construída de forma a promover ambientes acessíveis, desperta nas pessoas portadoras de deficiências o sentimento de pertencimento, permitindo que o indivíduo crie vínculos com espaços, transformando-os em lugares.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos tempos que correm, ainda existe um estigma á volta da deficiência, o que não conjuga com a grandeza que é a questão. Praticamente todos os dados, conceitos, afirmam que as deficiências, são o maior bloqueio, limitações, para a inclusão no meio social (Sasaki, 2010; Mazzotte & D'Antino, 2011); o que não deixa de ser verdade, e por isso devemos pensar em soluções e formas que facilitem a vida destes indivíduos. Contudo torna-se, mas essencial ressaltar que, muitas das vezes as atitudes e comportamentos dos indivíduos ditos como “normais”, bloqueiem e limitem mais estas pessoas do que a sua própria deficiência. Existem, porém, muitas ações, atitudes e comportamentos que são instintivas, como por exemplo, “o olhar de piedade”, e outros, que acabam não sendo culpa do indivíduo, resultam de estigmas da própria sociedade. Um indivíduo portador de deficiência como qualquer outro indivíduo não precisa de “pena”, ela precisa, sim, é de incentivo/estimulo de forma a superar os seus limites, quebrar as barreiras, explorar as suas aptidões e delinear a sua independência.

Por vezes as atitudes e comportamentos negativos dos indivíduos ditos “normais” em relação as pessoas portadoras de deficiências, além de limitarem mais que as próprias condições naturais, contribuíram para a deficiência fosse um dos maiores motivos de discriminação.

A reflexão a respeito do tema deficiências e ambiente pode ser realizada por vários ângulos, pois vivemos ainda numa sociedade pouco preparada para aceitar o “diferente como igual”. No entanto, “os cidadãos portadores de deficiência (s) são cidadãos que têm características diferentes da maioria das pessoas que fazem parte da sociedade e estas características dificultam a inclusão social” (Dias, 2011, p. 1).

Para Bricout (2006), os portadores de deficiências sofrem não apenas pela discriminação de suas aparências ou contextos de saúde, mas também por restrições ao acesso a diversas áreas, como acesso a tecnologia, medias sociais, transportes, entre tantas outras. Desta forma é necessário que se promova a disponibilização de ferramentas de inclusão aos diversos ambientes. Investir em tecnologias que busquem promover a independência dos deficientes ao utilizar um serviço de autocarro é um respeito não só ao direito de ir e vir, mas sobretudo ao espaço pessoal de cada indivíduo.

Quando se fala em inclusão das pessoas portadoras de deficiências ou incapacitadas, fala-se em primeiro lugar na inclusão do pensamento em que todos os seres

humanos são iguais, devendo a sociedade promover um esforço maior para enxergar o deficiente como um cidadão comum, ou seja, é diferente porque na natureza não existe dois seres iguais. Trabalhar as crianças para enxergarem as deficiências como algo natural é o desafio que compete aos educadores e pais, na busca por uma sociedade de inclusão.

Promover a inclusão tecnológica também deve ser outro desafio a ser vencido pela sociedade, buscando formas de acessibilidade para as variadas deficiências, sendo necessário investir no desenvolvimento de tecnologias de inclusão. Para o renomado astrofísico Stephen Hawking, no seu contributo para o relatório sobre as deficiências (OMS, 2011, p. IX), a sociedade tem “a obrigação moral de remover as barreiras à participação e de investir recursos financeiros e conhecimento suficientes para liberar o vasto potencial das pessoas com deficiência”. Logo “cabe a sociedade estar preparada para receber todos os cidadãos incluindo-os com igualdade de oportunidades, de direitos e de respeito” (Dias, 2011, p.1).

A busca pela inclusão ampla de todo indivíduo na sociedade, deve ser uma constante na evolução humana, devendo incansavelmente procurar-se formas de desenvolver ferramentas de inclusão e participação do convívio em comunidade, sendo o ambiente físico o espaço onde os indivíduos participam da esfera pública, desta forma, de acordo com Bricout (2006), fomentar comunidades recetivas é um caminho para promover a inclusão social de forma sustentável, visto que o conceito aplicado é a ligação entre os espaços físicos e sociais em relação ao preparo das comunidades para apoiarem a participação pública dos portadores de deficiências e incapacidades. Tomamos como apelo aquele que Stephen W. Hawking (OMS, 2011, p. IX) nos fez: “os governantes de todo o mundo não podem mais negligenciar as centenas de milhões de pessoas com deficiência cujo acesso à saúde, reabilitação, suporte, educação e emprego tem sido negado, e que nunca tiveram a oportunidade de brilhar”.

Incentivar e incrementar a inclusão através de práticas desportivas e de lazer será outra forma de contribuir para o alcance da equidade social. Promover campanhas educativas que visem uma maior aceitação das diferenças pela sociedade também é um caminho a ser seguido na incansável busca por ambientes mais inclusivos. Logo é necessário, que se eduque a sociedade para enxergar as diferenças com naturalidade e assim promover comunidades mais inclusivas (OMS, 2011), desta forma abolir o preconceito e aceitar a diversidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amiralian, M. L.T., Pinto, E. B., Ghirardi, M. I. G., Lichtig, I., Masini, E. F. S., & Pasqualin, L. (2000). Conceituando deficiência. *Rev. Saúde Pública*, 34 (1), 97-103.

Bechtel, R. B. (2002). *Handbook of Environmental Psychology*. New York: John Wiley & Sons, inc.

Bricout, J. C., & Gray, D. B. (2006). Community Receptivity: The Ecology of Disabled Persons' Participation in the Physical, Political and Social Environments. *Scandinavian Journal of Disability Research*, 8(1), 1–21. <http://doi.org/10.1080/15017410500335229>

Dias, L. P. (2011). *Inclusão social de cidadãos portadores de deficiência (s) residentes no concelho de Miranda do Douro*. Bragança: ESE.

Dulley R. D. (2004). Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. *Agric. São Paulo*, São Paulo, 51(2), 15-26.

Fundação Dorina Nowill para cegos. (2019). *fundacaodorina.org*. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/>

Guerra A. F. A. (2016). *Educação ambiental e o empoderamento da pessoa com deficiência na universidade*. Limeira. Disponível em: [http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305593/1/Guerra\\_FatimaAparecidaAlves\\_M.pdf](http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305593/1/Guerra_FatimaAparecidaAlves_M.pdf)

Guevane, E. (21 de Junho de 2017). ONU News. New York, EUA. From: <https://news.un.org/pt/story/2017/06/1589091-populacao-mundial-atingiu-76-bilhoes-de-habitantes>

Hammel, J., Magasi, S., Heinemann, A., Gray, D. B., Stark, S., Kisala, P., . . . Hahn, E. A. (2015). Environmental Barriers and Supports to Everyday Participation: A Qualitative Insidererspective From People With Disabilities. *Arch Phys Med Rehabil*, 96(4), 578-88. doi: 10.1016/j.apmr.2014.12.008.

Hand talk. (01 de 06 de 2019). *handtalk.me*. Fonte: Hand talk: <https://www.handtalk.me/app>

Houaiss, A. (2004). *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa / Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Lima S. S., Carvalho-Freitas, M. N., & Santos, L. M. M. (2013). Repercussões Psicossociais da Acessibilidade Urbana para as Pessoas com Deficiência Física. *PSICO*, 44(3), 362-371.

Maciel J. L., Wachholz C. B., Alminhana C. O., Bitar P. G., & Muhle R. P. (2010). Metodologias de uma educação ambiental inclusiva. *REVISTA EGP*. Porto Alegre, 1-12.

Mazzotta, M. J. S., & D'Antino, M. E. F. (2011). Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde Soc.* São Paulo, 20(2), 377-389.

Medina, N. M. (1997). Breve histórico da Educação Ambiental. In S. M. Pádua & M. F. Tabanez (Org.), *Educação Ambiental: Caminhos Trilhados no Brasil* (pp. 257-269). Brasília.

Morgado, E. M.G. (2007). *Educação Ambiental: um estudo com manuais do 8º. Ano de escolaridade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Tás-os-Monte e Alto Douro. Vila Real.

Moser, G. (2016). Uma introdução a psicologia ambiental. Em G. Moser, *Indivíduo e Ambiente* (pp. Capítulo 1: 1-17).

Palacios, A. (2008). *El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención internacional sobre los derechos de las personas con discapacidad*. Madrid: Cerami.

Pedott, L. G. O., & Angelucci, C. B. (2020). Análise de Solicitações ao Ministério Público sobre o Direito das Pessoas com Deficiência à Educação. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Bauru, 26(3), 437-452. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0143>

Rapley, C. E. (June de 2013). *Accessibility and development: environmental accessibility and its implications for inclusive, sustainable and equitable development for all*. Fom: [https://www.un.org/disabilities/documents/accessibility\\_and\\_development\\_june2013.pdf](https://www.un.org/disabilities/documents/accessibility_and_development_june2013.pdf)

Saeta, B. R. (1999). O Contexto Social e a deficiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 51-55.

Sasaki, R. K. (2004). Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, 39.

Sassaki, R. K. (2006). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

Sassaki, R. K. (2010). Eufemismo na contração da inclusão. *Reação (Revista Nacional de Reabilitação)*, 74, 14-17.

Souza, J. M., & Carneiro, R. (2007). Universalismo e focalização na política de atenção à pessoa com deficiência. *Saúde e Sociedade*, 16(3), 69-84.

Spomberg, T. K. (2019). *Acessibilidade enquanto pressuposto para a inclusão social*. (Curso de Graduação em Psicologia). Porto Alegre.

Teixeira, V. P. P. (2008). *Acessibilidade como fator de equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência na escola: análise de garantias legais em países da América Latina*. (Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Verdugo, V. C. (2005). Psicologia Ambiental: Objeto, "Realidades" Sócio-Físicas e Visões Culturais de Interações Ambiente-Comportamento. *Psicologia USP*, 71-87.

Wagner, L. C., Lindemayer, C. K., Pacheco, A., & Da Silva, L. D. (2010). Acessibilidade de pessoas com deficiência: o olhar de uma comunidade da periferia de Porto Alegre. *Ciência em Movimento*, 23, 55-67.

World Health Organization (1993). *International classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease*. Geneva.

World Health Organization (2011). *World report on disability 2011*. Disponível em: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf)